

# Rastros, restos e ruínas do trauma<sup>1</sup>

É difícil encorajar alguém a verter em palavras uma experiência de perplexidade vivida, sofrida, testemunhada. A palavra não representa solução nem promete lenitivo para um dano sofrido. Seus efeitos são bem outros.

O silêncio, o mutismo, a tensão calada, por outro lado, não guarda e nem comporta segredo, impossibilitando a transmissão pública e contribuindo para a ignorância social sobre um passado atroz. Os que silenciam, de algum modo, deliberada ou inconscientemente, portam um saber sobre isso.

É apenas nesse sentido, talvez, que o dever de dizer adquire algum sentido prospectivo, mas também inscreve-se nessa ética um traço de dissabor, profunda tristeza e fracasso. Alguma coisa falta a dizer em tudo que se diz, em tudo o que se pode dizer sobre as catástrofes sociais e políticas empreendidas e vividas por humanos.

Dever de contribuir para que outros saibam, conheçam, tenham notícia daquilo que jamais estará acessível pela experiência é, antes de ser objetivo necessário e nobre, difícil e custoso. Mas mesmo que nenhuma palavra seja proferida sobre um passado doloroso há imponderáveis transmissões sorrateiras e inconscientes disparadas e em curso, e que permanecem produzindo

---

1    Esse texto é uma versão ampliada e alterada de artigo publicado na Revista Cult n. 205, set. 2015.

e escancarando repetições intermináveis em sujeitos, nas formas de governo e nas formações e deformações sociais e culturais.

Há, certamente um índice de refração que nos permite falar em sujeito, sociedade e cultura. Ele pode ser indicado no ponto em que um sujeito é atravessado por formações sociais que, de algum modo e, ao mesmo tempo, lhe são prévias e o constituem. Cabe a e sujeito reconhecer nesse estranho familiar que o define, constitui, interroga e se lhe difere a sua condição de sujeito que, do mesmo modo, interfere, interroga, interpreta e transforma o que o atinge. É isso que provoca o psiquismo ao trabalho, mesmo diante daquilo que o ultrapassa, mesmo diante da experiência do trauma. Ainda aí, nesse limiar, o trabalho psíquico é condição para que o vivido do trauma não se condense em escuridão e força bruta.

O trauma não é um acontecimento pontual e doloroso que mina energias e destrói esperanças no tempo imediato; ao contrário, ele se traduz em sina, enigma e tarefa no tempo vindouro.

Infenso à interpretação, à compreensão e às explicações, o sempiterno sem sentido do trauma reside precisamente na força que ele extrai do imediato para se eternizar. A vigilância para que o trauma nunca mais se repita, revela o seu sempre.

A evidência disso é que povos violentados no passado permanecem perpetrando violências contra outros povos, análogas àquelas que sofreram; países destruídos por totalitarismos, fascismos e colonialismos continuam amparando governos autoritários ou pseudodemocráticos; países cientes de seu papel como propagadores e mantenedores da memória e da história ainda são incapazes de admiti-la toda. Restos de segredo atravessam as aspirações pela verdade e mentiras e falácias ultrapassam e zombam do sincero e difícil relato testemunhal.

A mentira e o cinismo como práticas discursivas de governos e pessoas continuam sendo os maiores inimigos do testemunho.

Em recente visita à Polônia, estudantes poloneses me perguntavam sobre a idealização de setores da esquerda brasileira em relação ao socialismo e, mesmo ao comunismo, como utopia política. Eles falavam do ponto de vista

de um país ocupado e barbarizado pelo exército vermelho após o fim da Segunda guerra e, depois, pelas políticas de domínio e cessação de liberdades empreendidas pelos sucessivos governos da ex-URSS. Ponderamos que, do mesmo modo, em países do leste europeu a idealização em relação aos Estados Unidos, presente e latente em países e povos invadidos, ou partidos ao meio, após a Segunda guerra também é bastante problemática. Do ponto de vista dos países latino-americanos, cujas ditaduras foram em boa parte patrocinadas pelos sucessivos governos americanos, a aura libertária dos governos e governantes americanos, exibidas manifesta ou discretamente em museus da Republica Tcheca, Alemanha e Polônia, países ocupados total ou parcialmente é para nós, no mínimo, risível.

No checkpoint Charlie, um dos mais visitados locais de memória em Berlim, que fora o principal ponto de fiscalização e passagem entre as duas Alemanhas durante a Guerra fria, chega a ser constrangedor e assustador para um latino-americano se deparar com a exposição permanente Ronald Reagan, montada em 2009, anexa ao Mauer Museum, após longa campanha do filho de Ronald Reagan, Michael Reagan, para que seu pai recebesse dos alemães as “devidas” homenagens pelo seu protagonismo durante o processo da queda do muro e o início do processo de reunificação alemã.

No último andar do Mauer Museum, onde diversas salas são reservadas à exibição de filmes tematizando os conflitos inerentes à divisão das Alemanhas, há entre eles, filmes americanos nos quais Ronald Reagan aparece como ator. Uma espécie de homenagem patética ao “glorioso” ex-presidente caubói.

Espantoso vemos Ronald Reagan sendo apresentado como libertador enquanto na América Latina armava guerrilhas de direita e patrocinava contra revolucionários em luta contra incipientes governos populares e de esquerda na América Central. Com empenho apoiava a herança ditatorial dos Somozas na Nicarágua, fornecendo armas e apoiando os denominados de contrarrevolucionários, dava suporte à ditadura homicida na Guatemala e ao autoritarismo criminoso em El Salvador.

Mas essa contradição revela um dos aspectos fundantes do traumático: o efeito de constituição de personagens que institucionalizaram o caos para se

beneficiar dele às custas dos assombros produzidos pelas guerras nas quais seus governos foram protagonistas.

Evidencia-se, nesse caso, capacidade de imobilizar o pensamento e atentar contra os direitos civis e, ao mesmo tempo, posar como arauto da liberdade e da justiça. Aspectos inconciliáveis são recriados e amontoados em determinadas figuras e personagens que manejam a política como uma imensa tela de cinema em que a ficcionalização os personagens criados e vendidos são mais convincentes do que a consequência de seus atos para a vida de populações inteiras, para as quais suas decisões sobre a estratégia política em outros países definem, muitas vezes, quem viverá e quem morrerá.

O uso, a posteriori, dos efeitos da guerra se impõe formas de agenciamento do traumático utilizados amplamente por governos e governantes. Saber capitalizar sofrimentos e dores é parte da agenda e das estratégias de governos e diz respeito aos usos políticos que se pode fazer sobre os efeitos inconscientes do trauma, que ainda gritam nos sobreviventes e contaminam as pessoas e gerações sucessivas.

A guerra e seus efeitos ativam a pulsão de sobrevivência que, reativamente, conduz milhões de sujeitos a apoiar irrefletidamente práticas e discursos que prometem estancar a repetição do traumático às custas de mais sangue e lágrimas. Do mesmo modo são, em geral, os que prometem evitar catástrofes futuras com olhos marejados diante de grandes plateias, os mesmos patrocinam e as promovem em outro tempo e lugar.

Há, portanto, na experiência e na herança do trauma o apelo e a expectativa para que promessas falaciosas e cínicas ocupem lugar. A mentira e as falsas promessas parecem restituir, desse modo, uma promessa psíquica inalcançável de chegar a um lugar sem dor e sofrimento, aceitável para aquele que ainda mal se ergue de ter vivido o insuportável.

O *modus operandi* de sucessivos governos e práticas políticas no tempo do pós-traumático, revelam que o tempo do trauma é também um tempo sem espera; tempo imediato que aspira o agora, mesmo que oriundo de famigerados mentirosos. Que venha a alienação, se ela prometer lenitivo para dores sem horizonte de superação.

Esses personagens e governos se revelam muito lesivos porque, implicitamente e permanentemente, ameaçam os cidadãos com a possibilidade do retorno da guerra, do retorno de situações traumáticas ou do retorno à governos genocidas, de modo implícito ou explícito, caso suas diretrizes e comandos não sejam aceitos.

Eles não cessam de exibir seus potentes instrumentos de produção do trauma enquanto estão no poder, exigindo, depois, que bustos e homenagens sejam erigidos em seu nome: ambições de totem.

Em contexto e circunstâncias muito diferentes, na capital de Angola, Luanda, o que vemos ainda é uma cidade em ruínas. Ao lado dos moderníssimos e exuberantes prédios envidraçados no distrito central de Ingombota, o cenário ainda lembra as guerras muito recentes. Desde os restos deixados pela gloriosa guerra pela independência, terminada em 1975 e, quase imediatamente depois, as guerras pelo poder que se sucederam por quase 3 décadas entre os grupos vitoriosos. Quase tudo em Luanda lembra a guerra.

Carências de serviços essenciais, cenários em ruínas se refletem nos rostos de pessoas comuns que não querem ou não podem falar sobre as guerras recente vividas por elas, por seus pais e por seus avós. Impossível esquecer e impossível lembrar das guerras recentes que atingiram todo o país. A imposição do sempre lembrar induz e impõe o desejo de esquecer, apagar, jamais recordar. Não podemos esquecer e, por isso, não queremos lembrar, parecem comunicar os olhares dos Luandenses.

Não há, provavelmente, nenhum angolano ou angolana, acima dos 30 anos e morador de Luanda, que não tenha vivido direta ou indiretamente as guerras e suas consequências avassaladoras. O discurso ainda ativo e preponderante em Angola é “vamos esquecer o passado e seguir adiante” ou “não queremos, não precisamos e não vamos falar sobre isso”. Porém o lastro e a ameaça que mal se esconde nessas afirmações amedrontadas é: “vamos esquecer as guerras para superá-las” ou “ou esquecemos as guerras ou retornaremos a elas”. Mensagens emitidas sucessivamente pelo governo angola ocupado, há décadas, por um dos grupos vitoriosos na guerra pela independência, o movimento popular pela libertação de Angola (MPLA).

De modo assustador, o imperativo de não falar sobre as guerras não impede que os traços da guerra sejam visíveis por toda Luanda, em suas ruínas, na tensão entre o povo angolano e suas polícias, na assimetria abissal entre ricos e pobres que perduram como um caos público que está longe de terminar.

Assim, mesmo num país no qual a memória, enquanto esforço de lembrar e esquecer é proibida e coagida, os rastros da guerra são ostensivos, a despeito das tentativas de governos, grupos e pessoas de silenciar, esconder, queimar o sentido arquivístico de experiências, fatos e planos cujo cerne e objetivo *princeps* é, foi ou será humilhar, torturar e exterminar pessoas.

Mas lembrar será sempre um sucedâneo e um coetâneo do esquecer. Naquilo que se lembra há algo que se esquece e, portanto, o esquecimento compõe o sentido dos trabalhos de memória e deveria compor, quiçá, as lutas empreendidos em nome dela. Porém o esquecer só será tolerado no seio das lutas pela memória, se não for sinônimo de negação da história, de negação do traumático e dos que o cometeram.

A luta política empreendida em nome do lembrar, do não esquecer jamais, não apenas evidencia uma luta entre os que não podem esquecer e os que não querem lembrar, como observou Boaventura de Sousa Santos, mas também uma luta pelo que lembrar, entre tantos motivos e experiências que reivindicam inscrição no debate público, mas que permanecem largados à sombra da lembrança mais remota.

Nesse sentido, os trabalhos da memória não podem ter como objetivo último o fotograma original de um acontecido sem metáforas, ao contrário, como revelou o poeta Paul Celan, o deslocamento de sentido não se esgota na metáfora, mas deve ser arrancado da própria literalização a que se vêm forçadas as palavras para descrever o indescritível.

Assim o poema impossível vaticinado por Theodor Adorno<sup>2</sup>, é restaurado segundo um novo princípio por Paul Celan<sup>3</sup>: o poema deve nascer lá onde ele parece impossível, porém, doravante não pode mais zombar da força da literalização, mas transforma-la em sua potência inerte. A morte dos pais nos

2 ADORNO, Theodor. Crítica cultural e sociedade. In: ADORNO, T. *Prismas*. São Paulo: Ática, 1998, p. 26.

3 CELAN, Paul. *Obras completas*. Madrid: Editorial Trotta, 2004.

campos de concentração, o retorno ao poema e o suicídio, torções definitivas na vida de Celan, legam lições aos memoriais.

Nos memoriais físicos, entre a miríade de visitantes, há motivações muito diferentes. Há os que já estiveram presos, seus parentes, os amigos próximos e distantes; os turistas de ocasião que tropeçam nos memoriais em sua agenda de visitação turística apertada; os jovens que os visitam em incursões organizadas pelas escolas; os pesquisadores; os vizinhos curiosos por conhecer uma atração pública recém-inaugurada; etc. Uma comunidade de interesses, vocações e motivações conduzem alguém a esse algo que o memorial abriga.

Os memoriais, assim como certos museus, se tornaram locais de convívio, supostamente, com o traumático. Tentativas bem ou mal sucedidas de colocar lado a lado o belo e o terrível; o inteligível e o insuportável; o figurável e o indizível.

Em certos lugares de memória, locais e turistas deitam, descansam, bebem nos jardins ao lado de locais erigidos para lembrar e esquecer, cientes de que celebram, ao mesmo tempo lembrando e esquecendo, a memória dos que foram assassinados, torturados, desaparecidos. Cafés, restaurantes e lojas la-deiam, sem ofender, tais sítios e áreas imensas de convívio devolvem ao cidadão comum aquilo que lhe foi retirado pela força bruta. É uma paisagem recente, efeito de atrocidades e dos esforços para superá-la e possíveis em alguns países mais do que em outros.

Em Berlim, isso é especialmente evidente. Muitos locais de memória, outrora de uso exclusivo de governos, grupos e pessoas específicas – os algozes e assassinos – foram replanejados e reparados para serem devolvidos às pessoas comuns em sua livre circulação pela cidade. Um elemento novo então é transmitido sutil e duradouramente. No lugar onde pessoas hoje convivem, distraidamente, o convívio fora coagido, proibido e o isolamento imposto.

Poucos locais são tão eloquentes, no sentido da permissão politicamente orientada para representar um passado traumático quanto a capital alemã, porém segredos ainda perduram e alguns, como as atrocidades cometidas pelos libertadores do exército vermelho após o final da Segunda guerra nos países ocupados, e na Alemanha em particular, permanecem quase intactos

e, talvez, permaneça obscuro e inconfessável durante um tempo impossível de prever.

Os governos e soldados aliados ainda representam, falsamente, os que lutaram contra o horror e as atrocidades humanas, porém o ciclo de revelações sobre as atrocidades cometidas por soldados russos, americanos, ingleses e franceses, durante as ocupações na Segunda guerra, ainda está guardado a sete chaves.

### *Ruínas como lugares de memória*

A despeito de tantas e diferentes experiências de preservação e continuidade do exercício de memória social e política empreendidas por pessoas, governos e grupos em todo o mundo, há nas ruínas um traço que merece destaque: em tudo o que fora arruinado permanece uma formação estranha, nova em certo sentido, e uma verdade secreta ainda a ser desvelada.

As paredes arruinadas pelos aliados no bombardeio que destruiu completamente a cidade de Gdansk na Polônia, o Kaiser Wilhelm Memorial Church em Berlim, a conhecida lancheira calcinada de uma criança no memorial de Hiroshima, as marcas de projéteis em prédios e casas de Luanda evidenciam histórias mal contadas sobre feitos nada gloriosos, cometidos contra civis desarmados, por aqueles que hoje se esmeram em lustrar seus adornados bustos de libertadores em todo o canto.

As ruínas são essenciais para que o sentido do que não pode ser reconstruído, reinterpretado, refeito e reparado permaneça. São signos do não reconstruído, do irreparável. Locais que aguardam a ação do tempo para submergirem e serem, um dia, soterradas.

Deixá-las ruir, demarcaria um trabalho do tempo diferente de interpretações novas, construções e reconstruções de museus e memoriais e interpretações artísticas. Seriam elas, as ruínas, os verdadeiros contra-monumentos?

Às ruínas deveria ser permitido seguir seu curso no tempo, um lugar para observar seu desmoronamento, queda, soterramento. Para aprofundar o



sentido do tempo do trauma, protegendo os sítios onde tais processos aconteceram e demarcando também o tempo para esquecer.

Mas, em geral, tais locais são preservados como monumentos, e vigas e suportes são instalados para evitar e combater a ação do tempo. Nesses casos, um contra-monumento repleto de marcas e histórias se transforma num monumento a ser preservado e como tal, se converte, mais uma vez, em mentira amparado por um artifício de memória infenso ao esquecimento.

Seguir com os trabalhos e investigações sobre a memória é tarefa infundável para que, as mentiras, instrumentos da política, sejam flagradas e defraudadas como sucedâneos de meias verdades celebradas. Para os trabalhos de memória sua mais importante tarefa reside na tarefa interminável, exigida para que seja possível suportar na tensão do indizível, e tudo o que ainda pode ser dito e convertido em linguagem em torno, ao redor e apesar daquilo que é impossível dizer.

Já disse à Carlos Drummond de Andrade:<sup>4</sup>

*Lutar com palavras é a luta mais vã. Entanto lutamos mal rompe a manhã. São muitas, eu pouco. Algumas, tão fortes como o javali. Não me julgo louco. Se o fosse, teria poder de encantá-las. Mas lúcido e frio, apareço e tento apanhar algumas para meu sustento num dia de vida. Deixam-se enlaçar, tontas à carícia e súbito fogem e não há ameaça e nem há sevícia que as traga de novo ao centro da praça.*<sup>5</sup>

Nas fendas entre o sempre e nunca mais das palavras que querem dizer o trauma e dele partir haverá sempre o trabalho perpétuo da memória.

4 ANDRADE, C. D. *Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 244-246.

5 Carlos Drummond de Andrade. *Nova Reunião*. 23 livros de Poesia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

